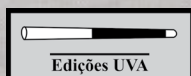


Carlos Augusto Pereira dos Santos  
Organizador

# *Nossa Gente, Nossa História*

*O Ceará Republicano*

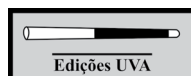


Carlos Augusto Pereira dos Santos  
Organizador

# *Nossa Gente, Nossa História*

*O Ceará Republicano*

Sobral-CE  
2019



## ***Nossa Gente, Nossa História. O Ceará Republicano***

© 2019 copyright by Carlos Augusto Pereira dos Santos (Organizador)

Impresso no Brasil/Printed in Brasil.

Efetuada depósito legal na Biblioteca Nacional.



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1328  
Renato Parente - Sobral - CE  
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222 / 9 9846.8222  
sertaocult@gmail.com / mammarco@gmail.com

### **Conselho Editorial**

Adriana Brandão Nascimento Machado  
Carlos Augusto P. dos Santos  
Isorlanda Caracristi  
Nilson Almino de Freitas  
Regina Celi Fonseca Raick  
Telma Bessa Sales  
Virgínia Célia Cavalcante de Holanda

### **Coordenação Editorial e Projeto Gráfico**

Marco Antonio Machado

### **Revisão**

Antonio Jerfson Lins de Freitas

### **Foto da capa**

Passeio público, Fortaleza, 1919

### **Catálogo na publicação**

Leolgh Lima da Silva – CRB3/967



Av. da Universidade, 850 - Campus da Betânia - Sobral - CE

CEP 62040-370 - Telefone: (88) 3611.6613

### **Filiada à**



Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias

### **Reitor**

Fabianno Cavalcante de Carvalho

### **Vice-Reitora**

Izabelle Mont'Alverne Napoleão Albuquerque

### **Diretora das Edições UVA**

Maria Socorro de Araújo Dias

### **Conselho Editorial**

Maria Socorro de Araújo Dias (Presidente)  
Alexandra Maria de Castro e Santos Araújo  
Ana Iris Tomás Vasconcelos  
Carlos Augusto Pereira dos Santos  
Claudia Goulart de Abreu  
Eneas Rei Leite  
Francisco Helder Almeida Rodrigues  
Israel Rocha Brandão  
Izabelle Mont'Alverne Napoleão Albuquerque  
Maria Adelane Monteiro da Silva  
Maria Amélia Carneiro Bezerra  
Maria José Araújo Souza  
Maria Somália Sales Viana  
Maristela Inês Osawa Vasconcelos  
Raquel Oliveira dos Santos Fontinele  
Renata Albuquerque Lima  
Simone Ferreira Diniz  
Tito Barros Leal de Ponte Medeiros  
Virgínia Célia Cavalcanti de Holanda

**N785** Nossa gente, nossa história: o Ceará republicano. / Santos, Carlos Augusto Pereira. (Org.) - Sobral: Sertão Cult; Edições UVA, 2019. 294p.

ISBN: 978-85-67960-25-8  
ISBN: 978-85-9539-035-5  
DOI: 10.35260/67960258-2019

1. Sertão. 2. Educação 3. Cultura.  
I. Título. II. Santos, Carlos Augusto Pereira.

CDD 981.31

# Sumário

Nossa História, Nossa Gente. À guisa de prefácio e apresentação / 5

## Parte 1 - O sertão da água, da seca e da religião

1. “O rio é uma riqueza imensa”: Usos e tradições sobre a importância da água no sertão de Santa Quitéria-CE (1960-1980) / 9

*Maria Malena Paiva Mesquita*

2. As mulheres e a seca: sobrevivência feminina em tempos de escassez em Varjota-CE (1980- 1990) / 19

*Francisca Clédia Sousa de Oliveira*

3. Os bastidores da seca: exploração dos trabalhadores nas frentes de serviço do Açude Araras, Varjota-CE (1951-1958) / 33

*Letícia Rodrigues Gonçalves*

4. Políticas públicas de combate à seca no município de Croatá-CE (1983-1996) / 45

*Caubi Alves Braga*

*Naiane Nobre Martins*

5. A seca e as obras de socorro no Ceará republicano (1889-1915) / 55

*Pedro de Souza Filomeno Filho*

6. Entre fanáticos e cassacos: a presença da Irmandade da Cruz nos sertões do norte do Ceará (1900-1903) / 65

*Raimundo Nonato Fernandes*

## Parte 2 - O mundo do trabalho e da educação

7. “Se a gente fosse viver só de trabalhar pros outros a gente morria”. Memórias da Casa Grande: moradores, rendeiros e agregados na cidade de Alcântaras-CE (1907-1920) / 85

*Jaiana Kelly Rodrigues Alcântara*

8. “Depois foi que veio essa modernização”: as transformações nos engenhos de cachaça artesanal em Alcântaras-CE (1960-2000) / 95

*Adelina Lopes Guimarães*

9. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Coreauá-CE: criação e processo de organização (1965 a 1990) / 103

*Sebastião Ferreira Carneiro*

10. O Ensino de História e cultura indígena em Hidrolândia-CE: a Lei 11.645 de 2008 e os meios para uma descolonização da imagem do indígena / 119

*Paulo Ênio de Sousa Melo*

11. Práticas de combate ao analfabetismo no Ceará / 133

*João Henrique Brito Lima*

12. A Educação na República / 145

*Natanael Lopes Alves*

### **Parte 3 - Culturas e sociabilidades diversas**

13. Historiografia e cinema: percepções da diversidade na sétima arte / 157

*Vinícius Pereira de Sousa*

14. Espaços de sociabilidades homoafetivas em Sobral-CE (1950-2018) / 175

*Alan Silva de Moraes*

15. “Zé Maria mulher”: representatividade e resistência umbandista em Sobral / 185

*Antonio Tarciano Aragão Sousa*

16. “Mas digo uma coisa, não é a gente que cura, mas sim Deus”. Memórias de benzedeadas em Alcântaras-CE / 197

*Maria Deiziane Lino*

17. “Eu entrei nessa brincadeira quando eu era um menino”. Memórias sobre o reisado groairense / 205

*Raimundo Sousa Alves*

18. Corpo em movimento, *Street Dance* e agências de patrimonialização cultural: uma experiência de pesquisa (Sobral-CE) / 221

*Cleane dos Santos de Medeiros*

*Nilson Almino de Freitas*

19. Ambivalências poéticas nas canções de Belchior – a ida e o regresso / 233

*Francisco Sávio Barbosa do Nascimento*

### **Parte 4 - Política e economia nas tramas do cotidiano**

20. A Ação Integralista Brasileira (AIB) e sua influência no interior do Ceará: memórias do Integralismo em Ibiapina / 247

*Odail José Martins Freire*

21. A economia e seus impactos: Uma análise sobre Camocim (1930-1950) / 255

*Valério Samaromni Moraes de Queiroz*

22. Emissoras de rádio de Camocim: o relacionamento com grupos políticos, cultura e comércio locais (1980-1989) / 261

*Maely Alves de Mesquita*

23. A história da República passa por aqui! Camocim-CE (1889-1950) / 273

*Carlos Augusto Pereira dos Santos*

# Nossa Gente, Nossa História. À guisa de prefácio e apresentação

No semestre 2018.1, propusemos aos alunos da disciplina de História do Brasil III que escrevêssemos sobre a nossa gente, aquela que está mais próxima de nós, convivendo conosco ou mesmo um pouco distante num passado recente. A ideia era que se aproveitassem as pesquisas que estavam sendo feitas para a escrita dos seus respectivos TCC's e adaptássemos as temáticas para o período republicano, tempo que converge ao estudo da mencionada disciplina acima. Teríamos, portanto, uma espécie de painel do Ceará Republicana, pelos temas levantados nas primeiras aulas. Poucos alunos tiveram de sair do seu raio de pesquisa para cumprir com o objetivo final – publicar um livro com os artigos dos alunos em fase final de curso.

Durante todo o semestre, tivemos a discussão de uma obra que nos serviu de guia e inspiração: *Histórias da Gente Brasileira*. Volume 3, República. Memórias (1889-1950), de autoria da historiadora Mary Del Priore. Foi uma experiência interessante, pois cada vez que as discussões eram estabelecidas, sentíamos que aquelas histórias contadas, no caso do terceiro volume, narradas pelo viés da memória, eram questões que nos diziam respeito, que já ouvíramos contar pelos nossos pais e avós.

Por outro lado, constatamos também que estávamos especialmente longe dos exemplos contados nas diversas partes do livro referenciado. Apesar do fôlego e do abarcamento da obra empreendida por Mary Del Priore<sup>1</sup>, o Nordeste e, especialmente o Ceará, pouco são citados. Logicamente que compreendemos os limites de um projeto editorial desta envergadura e da logística de pesquisa. Para nós, longe disso ser um aspecto desmotivador, ao contrário, fez com que, como se preenchêssemos uma lacuna, jogássemos todas as nossas forças na construção de histórias que representassem e contassem um pouco mais de nós.

O resultado foi a escrita de vinte e três artigos, divididos em quatro partes temáticas que podem ser conferidas no sumário e ao longo do livro. Portanto, empreendemos um mergulho no universo sertanejo, falando da alegria da chegada do inverno, do inferno da seca e das práticas religiosas que beiram o fanatismo (Parte 1). Adentramos no mundo do trabalho e esticamos a jornada para compreendermos os projetos e propostas de escolarização e educação do nosso povo (Parte 2).

---

<sup>1</sup> *Histórias da Gente Brasileira* é um projeto editorial escrito pela historiadora Mary Del Priore que cobre os diversos períodos da História do Brasil. Volume 1 – Colônia, Volume 2 – Império, Volume 3 – República (1889-1950) e Volume 4 (1950-2000), publicados pela Editora LeYa, 2017.

Por outro lado, foi necessário falarmos da diversidade cultural que nos caracteriza. O que tem em comum o universo *queer* no cinema e as sociabilidades homoafetivas no espaço citadino? O que um pai de santo e um conjunto de mulheres rezadeiras podem nos dizer sobre a prática da cura? Quais são as fronteiras culturais entre dançadores de reisado, jovens bailarinos da periferia e a obra do cantor Belchior? São interrogações que poderão ser respondidas, ou não, lendo-se o conjunto de artigos da Parte 3. Finalizando, como a política e a economia interferem no cotidiano de uma cidade? É o que os autores propõem discutir na Parte 4, evidenciando as características singulares na história dos municípios de Ibiapina e Camocim.

Um último aviso ao leitor. Os textos aqui reunidos são de alunos em formação, mesmo estando em fase final de conclusão de curso. Expressam, portanto, suas trajetórias acadêmicas dentro de seus limites e potencialidades e devem ser entendidos e compreendidos dentro dessa dimensão. Como organizador, procurei interferir o mínimo no processo de orientação da escrita e incentivei que eles dividissem os processos de escrita com seus orientadores. Daí que, a maioria dos textos, já serem partes de suas monografias ou artigos finais de curso.

6 | Dizer, finalmente, que foi gratificante compartilhar saberes e ensinamentos com todos vocês, por isso o faço nominalmente: *Maria Malena Paiva Mesquita, Francisca Clédia Sousa de Oliveira, Letícia Rodrigues Gonçalves, Caubi Alves Braga, Naiane Nobre Martins, Pedro de Souza Filomeno Filho, Raimundo Nonato Fernandes, Jaiana Kelly Rodrigues Alcântara, Adelina Lopes Guimarães, Sebastião Ferreira Carneiro, Paulo Ênio de Sousa Melo, João Henrique Brito Lima, Natanael Lopes Alves, Vinícius Pereira de Sousa, Alan Silva de Moraes, Antonio Tarciano Aragão Sousa, Maria Deiziane Lino, Raimundo Sousa Alves, Cleane dos Santos de Medeiros, Francisco Sávio Barbosa do Nascimento, Odail José Martins Freire, Valério Samaronni Moraes de Queiroz e Maely Alves de Mesquita.*

Boa leitura a todos!

*Carlos Augusto Pereira dos Santos (Org.)*

Camocim, outubro de 2018.

## **2. As mulheres e a seca: sobrevivência feminina em tempos de escassez em Varjota-CE (1980- 1990)**

*Francisca Clédia Sousa de Oliveira<sup>1</sup>*

### **A seca como fenômeno social conversa com as problemáticas locais**

O presente trabalho se propõe a fazer uma análise de como os períodos de escassez interferem na realidade das mulheres no que hoje concebemos como Nordeste. Em nosso texto, pensamos como a sensação em torno do fenômeno climático da seca vai mudando de acordo com o passar do tempo e as mudanças das relações sociais. Seguimos com apontamentos em volta de como o poder público vai procurando solucionar os efeitos devastadores das secas que atingem o sertão, aqui focado na região de Varjota-CE, mais precisamente na população que vive no interior do município. Em seguida, estudaremos a sociedade nordestina e sua organização social, e como isso reflete na sobrevivência feminina, nos períodos de escassez, procurando perceber como as políticas públicas vão envolvendo paulatinamente esse público e chegamos às demais formas de sobrevivência feminina encontradas, como foge à regra numa sociedade falocêntrica. Dispomos ao longo do texto de relatos dos que presenciaram períodos e com estudiosos que se propõem a pensar o cenário das relações sociais em épocas de extrema necessidade e desolação.

| 19

A região compreendida como semiárida, localizada no que identificamos hoje como Nordeste do Brasil, sempre passou por períodos de estiagem e seca. Contudo, a sensação social em torno desse fenômeno climático mudou desde a colonização desses territórios. As relações no mundo mudaram ao longo dos séculos de contato entre o além-mar e os habitantes da América Portuguesa e esses contatos se fizeram presente também na mentalidade do sertanejo. A colonização do Brasil limitou-se primeiro ao litoral, nas terras propícias à produção de cana-de-açúcar, e se manteve por algum tempo os colonizadores nessas áreas de cultivo, deixando as regiões interioranas de fora da ocupação em primeiro plano.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, Bolsista de Iniciação Científica pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP. E-mail: fclediaolive23@gmail.com.

Foi o processo de separação entre a produção de cana-de-açúcar e a criação de gado que deu impulso à ocupação produtiva das terras do interior nordestino. A conhecida divisão entre as duas atividades, em áreas distintas, levou os fazendeiros da Bahia e de Pernambuco a obterem extensas sesmarias para o estabelecimento de currais fora dos domínios da lavoura, forçando, também, a interiorização por parte dos que não possuíam capital suficiente para a montagem de engenhos. Os criadores de gado foram sendo gradativamente empurrados da costa, das terras mais férteis e dos portos de embarque do açúcar para Portugal, passando a ocupar as terras do sertão<sup>2</sup>.

20 | Com a colonização do estado que hoje compreendemos como Ceará sendo mais tardia, apesar de estar localizado na região que mais cedo foi colonizada no Brasil, a ocupação, como defendem alguns estudiosos, só se fez efetivamente a partir do século XVIII<sup>3</sup>, quando a agropecuária entra em conflito com as grandes extensões de canaviais e essa nova exploração dos recursos passa a ser interiorizada entrando em confronto com os nativos que viviam nessa área, até então não explorada. Autores como Francisco José Pinheiro defende ser a reação dos nativos um dos principais motivos a essa ocupação tardia<sup>4</sup> e nesse período as relações foram mudando. Enquanto o conflito se interiorizava, também os contatos iam moldando a realidade naquelas áreas. Assim, negros, colonizadores e nativos passaram entre guerras e acordos a coabitar na vasta região hoje compreendida como Ceará.

Com a capitania passando a ser um ponto de ligação entre Pernambuco e as províncias do Norte, assim o território vai sendo conquistado e mapeado. Devido ao clima seco, os rios são as principais rotas que facilitam a entrada nessa área, em regiões ocupadas por nativos. Toda essa movimentação vai além da economia e entra nas mentalidades dos habitantes, fazendo com que experiências tidas naturais como a seca tornem-se sociais a partir das mudanças experimentadas no Brasil e no mundo e entendemos que essas mudanças também se fazem presentes na ocupação da região hoje identificada como Norte do Estado do Ceará.

<sup>2</sup> ALEGRE, Maria Sylvia Porto. Vaqueiros, agricultores, artesãos: origens do trabalho livre no Ceará Colonial. In: *Revista de Ciências Sociais*, Fort. v. 20/21 N° 1/2, 1989/1990, p. 2.

<sup>3</sup> Compreendemos mais sobre essa temática no trecho: “Se de início a ocupação se deteve às áreas litorâneas, onde a principal atividade econômica era a cana-de-açúcar, posteriormente insurgiu a necessidade de ocupação do interior da colônia. O processo de interiorização foi motivado por diversos fatores, no Nordeste, por exemplo, além de uma medida preventiva à invasão de estrangeiros, os entradistas chegavam ao interior à procura de pastagem para o gado, formando, assim, as grandes fazendas que em apenas um século já se estendem por quase toda essa região. É esse cenário que consolida a ocupação do território cearense. A colonização do Ceará que ocorre de forma tardia, com mais de um século após a apropriação do Brasil, se estabiliza com a transformação do território indígena em uma área sob o controle das atividades pecuarista.” In: ALENCAR, Francisco Amaro Gomes; SILVA, Vlândia. Formação territorial do Ceará: das 16 vilas originais aos 184 municípios atuais. *Boletim Goiano de Geografia*, vol. 35, núm. 1, jan.-abr, 2015, Universidade Federal de Goiás, Goiás, Brasil, p.54-56.

<sup>4</sup> Para saber mais ler em *Mundos em confronto* Francisco José Pinheiro em *Uma Nova História do Ceará*, 2011.

Do mesmo modo que no restante das áreas de conquista, a seca não atinge a condição de fenômeno social, tendo em vista que não interfere nas formas de relações estabelecidas, carregadas de traços medievais em aspectos como as relações de vínculos com a terra e questões como apadrinhamento e proteção que ainda eram fortes no Ceará no início da colonização. A população fixa era pequena e ficava, como no sistema feudal, sob a proteção dos grandes potentados. Em períodos de escassez, esses se faziam enquanto protetores dos menos abastados; os demais, em épocas de seca, migravam para outras regiões que não fossem atingidas pelo fenômeno. Todavia, essas relações mudam quando outras práticas de vivência chegam à colônia portuguesa nas Américas; o mundo moderno muda as formas de sociabilidades, mesmo em regiões distintas. O capitalismo, que engatinhava por volta do século XVIII, já se fazia presente, o trabalho já passa a ser até certo modo assalariado, tirando o trabalho escravo e as velhas práticas feudais de patronato, que entram em declínio, e isso vai interferir também nos períodos de seca e nas relações entre as classes nessa época.

A terra, agora objeto de aquisição de acúmulo capital, já não tem espaço para as tradições feudais e pouco a pouco sua aquisição se torna a regra; a agropecuária vai cedendo espaço para outras formas de exploração, como a atividade algodoeira e cafeeira, que modificam o mapa de circulação e as relações de poder que passam a ser sentidas de forma fortificada na seca de 1877, na qual temos, por exemplo, o “dia dos mil mortos” em Fortaleza, como nos fala o historiador Frederico de Castro Neves:

|21

Apesar das iniciativas governamentais e privadas, a situação em Fortaleza era caótica. Os serviços foram paralisados, os equipamentos urbanos danificados, as ruas e praças ocupadas por “embarracamentos” fétidos onde as epidemias se espalhavam com a maior facilidade. A varíola hemorrágica provoca uma grande mortalidade entre os retirantes e habitantes da cidade. O farmacêutico Rodolfo Teófilo calculou que, em dezembro de 1878, estavam acometidos pela doença cerca de 80.000 pessoas; o dia 10 desse mês ficou conhecido como o “dia dos mil mortos”, pois 1.004 cadáveres foram encaminhados para o cemitério, sendo que 230 ficaram insepultos devido à sobrecarga de trabalho para os coqueiros<sup>5</sup>.

Vão ser as novas sensibilidades a esse fenômeno que irão trazer ao público o flagelo da seca, e aí se deve a divulgação na imprensa que é permitida no Brasil com a chegada da Família Real a partir de 1808. Os jornais vão noticiar a calamidade e a tristeza pelas quais passavam as populações dessas áreas. As relações que mudaram não permitem agora que os potentados consigam ou

<sup>5</sup> NEVES, Frederico de Casto. A seca na história do Ceará. In: SOUSA, Simone de. *Uma nova História do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, p. 83.

mesmo queiram proteger os menos favorecidos da calamidade que se arrasta até o interior. Isso faz com que levadas e levadas de retirantes partam para outras áreas, tendo a capital do Estado como principal foco para a fuga do sol implacável, que ao nascer destrói toda a esperança de viver dos que necessitam sobreviver.

A seca torna-se um fenômeno que grita ao resto do país e assume distintos significados. A partir desse marco, as políticas de combate aos efeitos da seca e os acontecimentos desses períodos vão desenhando o viver no sertão. Temos, por exemplo, a defesa do historiador Durval Muniz ao delimitar isto na criação do termo “nordestino”<sup>6</sup>. Esse cenário vai se firmando a partir das secas de 1915, 1932, 1957, 1983, 1989. Seca após seca, as relações entre o homem e o fenômeno climático vão se tornando mais sociais. A criação de órgãos como DNOCS<sup>7</sup> e SUDENE<sup>8</sup> surgem como abono à realidade das áreas de escassez. Contudo, as políticas públicas vão sendo apropriadas por uma minoria, devido às oligarquias que surgem com as divisões em sesmarias que encontram nesse cenário possibilidades de enriquecimento e as populações mais carentes tendem a continuar sofrendo nos períodos de escassez e desolação.

<sup>6</sup> Sobre isso nos fala Durval Muniz em *Nordestino: invenção do “falo”. Uma história do gênero masculino (1920-1940)*, O tipo regional nordestino não existia até as primeiras décadas do século XX. Surgiu quase ao mesmo tempo em que o recorte regional Nordeste, ou seja, em torno da segunda metade da década de 1910. A primeira referência que encontramos ao termo *Nordestino*, para designar o habitante da área ocidental do antigo Norte, no *Diário de Pernambuco*, por exemplo, data de 15 de dezembro de 1919, quando o jornal se refere a um parecer do deputado Idelfonso Albano, do Ceará, sobre um projeto do deputado Eloy de Souza, do Rio Grande do Norte, que instituiu uma caixa especial, para financiar os esforços particulares visando a irrigar as terras da região. Ao se referir a um discurso proferido pelo mesmo deputado, sobre esse assunto a dois anos, o jornal o chama de “deputado Nordestino”. O termo Nordestino aparece para nomear os habitantes de uma área inicialmente compreendida entre os estados de Alagoas e Ceará, sendo às vezes implicado para nomear também os habitantes do Piauí e do Maranhão, com menor frequência. Podemos contar, no entanto, que esta identidade regional vai se afirmando de forma muito lenta, convivendo, pelo menos até os anos 30. Comum outras designações como; nortista, que se preserva ainda hoje no Sul do país, Cearense, designando habitantes que migravam para a Amazônia em busca de borracha, também chamados de paraóras ou arigós, sertanejos, brejeiros, praieiros, tipos regionais que, como veremos, serão paulatinamente incorporados à figura do Nordestino”.

<sup>7</sup> “[...] Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS se constitui na mais antiga instituição federal com atuação no Nordeste.” Sobre essa instituição, a página do DNOCS disponibiliza informações sobre sua história e legislação em: < <https://www2.dnocs.gov.br/historia> > Acesso em: 10 set. 2018.

<sup>8</sup> “A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, criada pela Lei no 3.692, de 15 de dezembro de 1959, foi uma forma de intervenção do Estado no Nordeste, com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento da região. Sua instituição envolveu, antes de mais nada, a definição do espaço que seria compreendido como Nordeste e passaria a ser objeto da ação governamental: os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e parte de Minas Gerais.” Disponível em: < <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Sudene> > Acesso em: 10 set. 2018.

## Políticas públicas no combate à seca

Para combater os terríveis efeitos da seca, se criam órgãos que visam ajudar as populações que são atingidas a partir da seca de 1877. As políticas públicas são pensadas para amenizar os efeitos destruidores e o flagelo da seca para que não voltassem a ocorrer as atrocidades daquele período. Dessa maneira, se criam propostas e órgãos com a função de estudar e minorar os efeitos nas populações sertanejas das temporadas de estiagem, como nos aponta no seu trabalho já citado, Frederico de Castro Neves:

Em 1909, o governo cria o IOCS (Inspetoria de Obras Contra a Seca) que, apesar de um órgão federal, é imediatamente destinado a uma atuação no semi-árido. Experiências anteriores de acumulação de água formavam a base técnica dessa nova instituição, como a construção do açude Cedro, em Quixadá. Do ponto de vista programático a atuação do IOCS era orientada pela concepção de que a seca – como fenômeno climático de irregularidades de chuvas, o que dificultava a agricultura e o abastecimento das cidades – deveria ser combatida pela criação de um sistema de barragens, açudes e poços que pudesse acumular a água em tempos de chuva para ser usada em tempos de escassez. Essa concepção ficou conhecida como “solução hidráulica”, pois concentrava todas as atenções nos métodos técnicos de estudos de solo e construção de reservatórios d’água<sup>9</sup>.

|23

O projeto acima é ligado ao sistema de “emergências”, como ficaram conhecidas as frentes de trabalho que faziam parte do projeto de combate à seca, que usava o trabalho dos retirantes nas construções de obras de estradas, açudes, barragens, ligados a outra forma de impedir a migração dos sobreviventes para a capital do Ceará, criando-se os chamados “campos de concentração”, que serão as ferramentas de organização do trabalho dos que fugiam do sol implacável.

Assim, passo a passo são criados instrumentos de combate aos efeitos destruidores da seca. Todavia, o que se pode perceber é que os sistemas são adaptados a servir a uma minoria, que ganha com a chegada desses projetos, deixando as populações à margem de toda sorte de exploração e de serem lesadas pelos que dominavam economicamente as regiões. Podemos ver isso na fala do senhor Vicente Rodrigues de Oliveira, pescador e morador da cidade de Varjota, que passou sua vida nas margens do famoso Açude Araras, que também foi construído nas frentes emergenciais da década de 1950. Aos sessenta anos de idade, nos fala de suas memórias durante os fenômenos climáticos da década de 1980 no município:

<sup>9</sup> NEVES, Frederico de Castro, *Op. cit.*, p. 86.

Naquela época tudo era difícil, sabe? Só mandava quem era rico, os coronel. Eu não sofri tanto não, tinha minhas vazantes e meu gado e dava pra ir me mexendo, mas vi muita gente sofrendo, passando fome, tinha os serviços, mas você tinha que ser apontado por alguém, como tinha conhecidos eu pedia serviço pros amigos, mas quem não tinha ninguém assim grande que pudesse indicar ou morria de fome ou ia embora. O dinheiro vinha pras obras, aí um dono de terra passava por exemplo a estrada dentro da propriedade dele, aí ele ficava com o dinheiro e com a estrada e pagava uma miséria pro povo, mas era o que tinha e nem adiantava reclamar<sup>10</sup>.

O relato acima não é único, outras pessoas que presenciaram esse período apontam para cenários parecidos em que a força de trabalho dos sobreviventes e os recursos vindos para combater a seca ficavam nas mãos de uma minoria, restando às massas o trabalho compulsório e quase escravizado. Esse aspecto é ilustrado com os estudos de Frederico de Castro Neves que nos diz a respeito da criação da SUDENE e seu uso inapropriado:

Esse foi o caminho para a incorporação da SUDENE ao circuito de poder estabelecido pelo modelo paternalista: ao serem definidas as “áreas críticas”, os recursos eram destinados diretamente aos municípios, a fundo perdido, sob o controle das prefeituras. As obras beneficiam as propriedades, com mão-de-obra quase gratuita dos retirantes, passando a fazer parte das relações econômicas e políticas do semiárido. Assim, novamente as lideranças locais e tradicionais, praticando uma política paternalista e tradicional, conseguem controlar os órgãos de planejamento – instituições modelares de uma política representativa moderna<sup>11</sup>.

A partir das duas colocações, de que na região onde hoje se localiza Varjota havia uma distinção, não eram mais as levas migratórias, como aponta o autor, que são condicionadas a essas práticas, mas os moradores do território. Varjota é um município relativamente novo, seu processo de emancipação do município de Reriutaba se dá em 1986, mas se forma num período conturbado politicamente, climaticamente, enfrentando resquícios das grandes enchentes de 1982 e a seca do final da década, junto à formação enquanto município no período chamado de redemocratização, nos quais os órgãos públicos e todo o sistema organizacional do país estavam em uma mudança frenética e se desenvolvendo para atingir os fins democráticos. E isso vai interferir em como os cidadãos são expostos durante as instabilidades da década de 1980.

<sup>10</sup> Vicente Rodrigues de Oliveira. 60 anos, pescador. Entrevista realizada pela autora em 13 de setembro de 2018. Varjota-CE.

<sup>11</sup> NEVES, Frederico de Castro, *Op. cit.*, p. 89.

Outro ponto é a identificação do Nordeste como uma região de predominância masculina, uma sociedade construída pelo patriarcado. Nossa preocupação é compreender como essa política de criação identitária vai se constituir nas políticas de combate à seca interferindo na vida de outra parcela da população vítima da seca. Passaremos agora a estudar como as mulheres eram pensadas nesse cenário de combate à fome, à miséria e ao flagelo da estiagem, além de como as políticas públicas pensavam esse outro sujeito, ou mesmo se pensavam. Nos preocuparemos agora em como sobreviviam as mulheres do Nordeste, focando nas do município de Varjota nas épocas de pouca atividade pluvial.

### O papel feminino nas políticas públicas

Estudiosos como Durval Muniz, já citado anteriormente, em seu trabalho *A Invenção do Nordeste e outras artes*, aponta que ao se criar o termo “nordestino” se busca associar a ele uma identidade viril, fálica. No Nordeste é assim, o homem nasce predestinado a exercer sua masculinidade e essa forma de pensar vai se firmar cada vez mais na literatura, nas músicas, nas artes, no cinema, nas produções populares. Cria-se, portanto, uma sociedade extremamente patriarcal, voltada para a supremacia masculina, que representa o contrário das posturas que geralmente se associam ao feminino, que, por sua vez, vai se associar à submissão do Nordeste às demais regiões, como se fosse reflexo de uma conduta feminina, fadada à inferioridade. Essa construção pode ser percebida, de certo modo, nas políticas e nas atitudes de combate à seca. As políticas pensadas para combater o flagelo das estiagens não são pensadas a princípio para englobar as mulheres.

|25

As frentes de trabalho são primordialmente masculinas. Sabemos que a adoção de campos de concentração na seca de 1932 como política de combate à seca organiza as frentes de trabalho: enquanto os homens vão trabalhar nas construções, as mulheres se encarregam das atividades de conservação dos ambientes de convivência, cuidando das tarefas de limpeza e organização. A questão da moralidade se fez presente na construção de igrejas nos campos, a fim de educar os corpos para que não houvesse descumprimento dos mandamentos. É o que nos diz a historiadora Kênia Sousa Rios:

A preocupação dos vigias era acima de tudo com a moralidade e a decência. Para a realização de um projeto assistencial, disciplinador e civilizador, era necessária uma vigilância redobrada sobre o comportamento sexual dos flagelados. Afinal, a imagem desse tipo de projeto ficaria bastante comprometida se os considerados “atos indecorosos” chegassem a se impor entre os retirantes. Desse modo, “os casebres eram divididos em

um pavilhão para os homens solteiros e outro para as viúvas e as famílias” (Correio do Ceará, 06/05/1932) [...] Em todos os campos de concentração, foram erguidas capelas, que, além de abrigar as orações e alimentar a fé dos flagelados, eram utilizadas para reforçar a vigilância sobre os corpos. No campo de concentração no Ipu, o vigário Gonçalo Lima celebrava missas, casamentos e batizados semanalmente. Ao expor o assunto, o *Jornal da Semana* (05/11/1932) fez um comentário que pode ser visto como um significativo indício do imaginário das classes dominantes em torno da vida moral dos retirantes: “em um meio tão propício à corrupção dos costumes somente a ação constante do vigário e dos catequistas poderia manter a moralidade”<sup>12</sup>.

26 | Essa moralidade se mantém no imaginário nordestino. Passadas as secas, algumas pessoas retornam aos seus lugares de origem ou se destinam a outros e essas experiências vão tornando as culturas híbridas e os valores vão sendo imbricados nas formações sociais. Atrelado a esse pensamento, temos a constituição do “nordestino” que se cria nesse meio civilizatório. Assim, as mulheres são condicionadas a inferioridade por não terem a característica máxima, o falo, ou seja, não gozam de virilidade, cabendo-lhes a inferioridade. Não se está, contudo, afirmando que a sociedade nordestina anterior a essa constituição identitária não fosse patriarcal, o que estamos apontando é que ao se cunhar essa descrição ao sertanejo, o patriarcalismo se torna poderoso e as mulheres são inseridas de forma diferenciada nas políticas de combate à seca.

Nas secas seguintes a realidade vai se transformando, as ondas migratórias já não são tão fortes e as políticas já conseguem, até certo modo, assegurar as permanências das populações em suas áreas interioranas. Assim, entre os períodos de estiagem há os chuvosos que garantem ao sertanejo certa confiabilidade. Durante a seca, as obras governamentais passaram a ser colocadas em prática nas chamadas “frentes de emergência” e se tornaram o salva-vidas das populações durante a pouca atividade fluvial. Construções de açudes, estradas e poços mantiveram os cearenses dentro de suas regiões, sendo muito menor o índice migratório em relação às ondas maciças durante as secas de 1877, 1915 e 1932. As mulheres são contempladas indiretamente nessas políticas enquanto seus maridos, pais e irmãos trabalham. Porém, a população feminina continua condicionada à inferioridade diante do falo. Os programas não são pensados para englobar mulheres, exercendo muitas vezes atividades iguais aos homens. Exaustivos, não abrem espaço para que elas consigam uma fuga do patriarcado, são inúmeros os depoimentos de

<sup>12</sup> RIOS, Kênia Sousa. *Campos de Concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932*. 2ª ed. Fortaleza, Museu do Ceará, 2006, p. 58.

mulheres que buscam no anonimato do governo e da moralidade da igreja, meios de sobreviver ao clima e a vida seca do sertão.

## As mulheres de Varjota nos períodos de seca

Diante de um cenário desolador, a seca bate à porta, os homens saem em busca de trabalho, geralmente mal remunerados nas frentes de serviço, com uma família numerosa, e o que ganham quase não dá para manter o lar. Nessa realidade, as mulheres que ficavam em casa assistiam seus filhos padecerem pela fome, as doenças, que, agravadas pela ausência de nutrientes, fragilizavam o organismo, e então uma gripe poderia ser letal. Fazendo o uso da Oralidade nos voltaremos a depoimentos de pessoas que presenciaram o fenômeno da seca em diferentes momentos, como habitantes da região onde hoje se configura Varjota.

Para que consigamos adentrar esse universo da sobrevivência nos períodos de seca, contaremos com o apoio da História Oral<sup>13</sup> para nos aproximarmos das experiências de alguns cidadãos que habitam a região hoje entendida como Varjota. Começamos com o depoimento de uma senhora que vivenciou as grandes secas de 1958 e da década de 1980. Então, esse é o cenário em que viveu e assistiu outras mulheres viverem, Francisca Arcelino do Nascimento, hoje com 83 anos, durante a seca de 1958, quando nos conta suas memórias diante da realidade e das dificuldades, lembrando o tempo sobre o qual demonstra pesar:

|27

Na seca do 58 as coisas era difícil. Meu marido, que Deus lhe guarde, não era muito de ficar em casa, ele ganhava o mundo e a gente ficava, os meninos era pequenos sabe? Não tinha como levar não. Ele saía sem prazo pra voltar e eu ficava. No 58 foi seco e ele já não vinha pra casa há um tempo e eu correndo né? Atrás de ganhar pelo menos a comida dos meu fie. Num tinha nada em casa, a alcova tava vazia, e Antônia, a maior, eu sabia que podia viver, mas o Raimundo, o mais novo, eu não achava que vingava não, era muita fome. Ai um dia eu dei a última comida que tinha pra eles, era farinha molhada com rapadura, era o que tinha, e saí com fome pra ver se conseguia algum trabai em troca de comida. Ai, fui na casa de um conhecido do meu pai pedir farinha, rapadura ou feijão, pra pagar com tra-

<sup>13</sup> “Ao recorrer à História Oral, é preciso entendê-la numa perspectiva que vai além do relato de fatos: é sua maneira de se chegar ao conhecimento de fatos vivenciados num dado momento histórico em que somente documentos escritos não poderiam revelar por si só todos os sentidos circulantes num determinado meio social”. In: MENEGOLO, Elizabeth |D. da C. W; CARDOSO; Cancionila J.; MENEGOLO, Leandro Wallace. *O Uso da História Oral como instrumento de pesquisa sobre o ensino da produção textual*. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cc/v9/v9a02.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2018.

balho quando fosse tempo, disse minha situação e que a gente ia morrer de fome se continuasse assim, mas a dona da casa era daquelas de mão fechada, sabe? E disse que se desse comida ia ter mais gente chorando e, olhando na minha cara, disse que era melhor que só um chorasse, porque não sabia quando ia chover, tava guardando as coisas. Eu num sabia mais o que fazer, aí eu disse que tava querendo pagar com trabai, mas que num ia deixar meus fie morrer de fome e quando passasse a criação dele lá por casa eu ia matar e vender pra alimentar os meus fie. O dono da casa quando ouviu não acreditou, aí mandou ela pegar umas coisa pra eu levar, ele disse que se uma filha do Antônio Arcelino tava falando em roubar era porque a coisa tava séria, aí ela me deu, umas não foi gostando não, dois dias depois minha irmã chegou com um jumento com a cangaia cheia de coisa que meu pai tinha mandado porque o homem tinha contato a ele o que eu fiz. Quando choveu fui lá e paguei as coisa que ele tinha me dado<sup>14</sup>.

28 | O relato acima descrito se passa durante a temível seca de 1958, quando as fontes de sobrevivência ficaram muito escassas. É desse período, por exemplo, a construção do açude Araras, que trouxe inúmeros retirantes em busca de trabalho e sobrevivência nas frentes de emergência, como ficaram conhecidas as obras públicas, visto que a seca dizimara lavouras e rebanhos. As obras públicas contavam com a mão de obra sobrevivente das secas, mas conta com a característica de ser uma política voltada aos homens e não contava com o trabalho feminino. Às mulheres era designada a espera, que seus maridos voltassem para casa com o ordenado, para alimentar com o pouco dinheiro que ganhavam, pelo menos os filhos. Mas, as mudanças sociais que caminhavam no mundo chegaram ao sertão também. Nos relatos da seca de 1989 já temos uma mudança, apontando para a presença feminina que já faziam parte na mão de obra nas “emergências”. Podemos observar este aspecto na fala de Maria Zélia de Sousa que, embora tendo sete anos à época, assistiu sua mãe trabalhar numa das frentes emergenciais:

Minha mãe me levava com ela pro trabalho, não tinha com quem me deixar, mulher solteira com filho sofria muito, e minha mãe também sofreu, ela me levava e eu era criança, via o povo levando carrinho de mão cheio de pedra ou barro, pra construir o poço, a mãe, como era jeitosa na cozinha, ficava com o trabalho de casa. Ela lavava roupa, enchia os pote, varria os terreiros, mas eram grande, umaimensidão só. Eu, como era pequena, não trabalhava, mas tinha outros que trabalhavam sim, criança, adolescente, principalmente os menino, que começavam cedo nas emergências. 89 foi seco,

<sup>14</sup> Francisca Arcelino do Nascimento, 84 anos, aposentada. Entrevista realizada pela autora em 20 de agosto de 2018. Varjota-CE.

até tinha o açude, mas nós não morava tão perto assim e as coisas era difícil, era só farinha e feijão mesmo, quando tinha, e feijão d'água no sal mesmo, e a mãe ia todos os dias, mas as outras mulheres, ia era carregar pedra também, tirar as raiz, essas coisa. E não tinha diferença não, a tarefa, como era chamado, era mesma a dos homens, às vezes se você tinha parente homem lá trabalhando, eles terminavam a dele e ia ajudar, mas se não, só saía quando terminava, e as mulher que não tinha marido sofria, por que eram mal vistas, se dizia que não tinha dono, ai geralmente ninguém ajudava elas, porque ficava mal visto quem andava com elas, a mãe era mãe solteira, mas tinha muitos conhecidos, por isso não ia diretamente pras frente carregar barro e serviço dos homens<sup>15</sup>.

A partir de ambos os relatos, podemos ver que algumas coisas mudaram entre 1958 e 1989. O mundo passou por significativas mudanças e as levadas migratórias, os fluxos entre o interior e as demais áreas também pode ser refletida, ainda que de maneira tímida, no mundo dos que viviam na escassez. Contudo, o machismo era a regra, e mudara seu foco, porém se mantinha. Ser mulher nesse cenário já era difícil, quando fugia à regra, então, se tornava uma tarefa árdua e muitas mulheres eram vítimas da misoginia e dos preconceitos que cercavam as mentalidades do interior nordestino. Os espaços que passaram a ser ocupados pelas mulheres não garantiam sua proteção. Eram muito mal vistas. A associação dessas mulheres à submissão adentrava nestes espaços e criava cenários propícios a situações de desrespeito, assédio e menosprezo, e isso, inúmeras vezes, incluíam até a própria família e, até mesmo, outras mulheres.

|29

### **À margem dos planos públicos: a sobrevivência feminina**

Com o desrespeito, a baixa remuneração e as humilhações nas frentes emergenciais, as mulheres acabaram encontrando no ambiente machista algumas possibilidades de ganharem uma renda que as ajudassem a sobreviver na escassez. As que tinham maridos precisavam ajudá-los devido a pouca renda que geravam os trabalhos nas emergências. As solteiras, que eram mal vistas nestes espaços de trabalho, precisavam sobreviver, visto que, geralmente, eram deixadas de lado até pela própria família, com filhos pequenos. Mães solteiras, separadas e viúvas tinham de lutar pela sua sobrevivência. Deste modo, como as obras emergenciais vinham para beneficiar os potentes locais, as construções se davam em suas propriedades e as mulheres geralmente trabalhavam para as esposas destes privilegiados em troca de comida ou dinheiro pelas tarefas executadas, como carregar água (já que não havia água encanada), lavar roupa, varrer os terreiros e fazer os almoços dos trabalhadores.

<sup>15</sup> Maria Zélia de Sousa. 36anos, Domestica. Entrevista concedida a autora dia 19 de agosto de 2018.

Outro modo de adquirir renda era o trabalho com a carnaúba, que feito em algumas etapas inseria o trabalho feminino. Abundante no Ceará, da carnaúba não se desperdiça nada e a sua utilização em diversos meios requeria etapas de trabalho. O mais famoso produto no interior de Varjota era e ainda é o “chapéu de palha”, um produto artesanal, que não é usado como vestimenta, sendo feito menor e sem acabamentos, é vendido para outros estados usados no plantio. Assim, essa forma de artesanato ajudou inúmeras famílias, seja complementando a renda ou sendo uma fonte exclusiva de sobrevivência quando não havia espaços em outras áreas. Sobre isso nos fala dona Maria Zélia de Sousa novamente:

Eu faço chapéu desde criança, minha mãe fazia, minha avó fazia, e as mulheres tudo de onde eu morava. Era pouco o ganho, mas era o que tinha. Eu lembro que trabalhei duas semanas fazendo chapéu pra comprar meu primeiro xampu, a gente tinha que se virar, sabe? Tudo era difícil, aí o chapéu ajudava demais a gente. Eu lembro que quando a televisão chegou, era uma novidade, só os ricos tinha, aí se juntava as mulher com os saco de chapéu e ia pra casa da mulher que tinha televisão, e naquela época, nem tinha energia, só em Varjota, era na bateria. Aí no intervalo ela desligava pra economizar, às vezes, quando ligava de novo, já tinha passado um bom pedaço da novela. Sei que quando a gente voltava, vinha com aqueles tudo pronto<sup>16</sup>.

30 | Outras narrativas seguem esse mesmo curso. As mulheres da palha ganhavam seu dinheiro às margens dos planos oficiais nas épocas de seca. Essa atividade, no entanto, não era a única. O riscar da palha, a fabricação de vassouras, a colheita da cera, tudo isso era remunerado, e ainda que pouco, ajudava na aquisição de renda e significavam possibilidade de sobrevivência nos períodos mais drásticos. A palha, assim, surge nesse cenário machista e pobre no interior de Varjota e passa a simbolizar não apenas aquisição de dinheiro, mas uma fuga da seca e a difícil vida feminina que não era contemplada pelo poder público.

### Considerações finais

No Nordeste se sabe que mesmo em anos de chuva, o período de agosto a dezembro costuma ser seco e escasso. Com o passar do inverno, as águas se distanciam e então se tem uma luta pela manutenção da vida até que as nuvens carregadas voltem aos céus do sertão. A ausência da chuva tornava calamitosa a situação do nordestino, que via o gado, a colheita e, inúmeras vezes, pessoas sucumbirem diante da ameaça dos céus. O sol implacável tragava toda a vida e restavam poucas possibilidades ao sertanejo, e ainda menos para as mulheres desse ambiente. Apesar das políticas públicas que tinham

<sup>16</sup> Maria Zelia de Sousa. Entrevista já citada.

como missão combater esses males, geralmente eram usadas para favorecer ainda mais os potentados, deixando os pobres na miséria e no trabalho quase escravo. As mulheres, como vimos, que ficavam às margens dessas políticas, sofriam ainda mais pelas imposições de uma sociedade machista e misógina que as cercava.

Desse modo, numa fuga do mundo criado para o falo, as mulheres encontraram atividades remuneradas que as ajudaram a sobreviver com seus filhos nesse cenário de escassez e sofrimento. O artesanato da palha de carnaúba surge, assim, como um meio de amenizar essas problemáticas. Os serviços informais para a casa dos potentados também ajudaram de alguma forma.

Sem dúvidas, há muito que se pesquisar sobre a temática; as narrativas são inúmeras e aos pesquisadores que se propõem a estudar o tema, torna-se imprescindível se voltar à oralidade e à memória dos que presenciaram as secas em nosso foco, as sucessivas que marcaram a década de 1980 do século XX e seus efeitos a partir das organizações sociais dispostas naquele meio.

## Autores desta obra

*Maria Malena Paiva Mesquita, Francisca Clédia Sousa de Oliveira, Letícia Rodrigues Gonçalves, Caubi Alves Braga, Naiane Nobre Martins, Pedro de Souza Filomeno Filho, Raimundo Nonato Fernandes, Jaiana Kelly Rodrigues Alcântara, Adelina Lopes Guimarães, Sebastião Ferreira Carneiro, Paulo Ênio de Sousa Melo, João Henrique Brito Lima, Natanael Lopes Alves, Vinícius Pereira de Sousa, Alan Silva de Moraes, Antônio Tarciano Aragão Sousa, Maria Deiziane Lino, Raimundo Sousa Alves, Cleane dos Santos de Medeiros, Nilson Almino de Freitas, Francisco Sávio Barbosa do Nascimento, Odail José Martins Freire, Valério Samarooni Moraes de Queiroz, Maely Alves de Mesquita, Carlos Augusto Pereira dos Santos*

*Nossa Gente, Nossa História* é o resultado da escrita de vinte e três artigos, divididos em quatro partes temáticas que podem ser conferidas no sumário e ao longo do livro. Portanto, empreendemos um mergulho no universo sertanejo, falando da alegria da chegada do inverno, do inferno da seca e das práticas religiosas que beiram o fanatismo (Parte 1). Adentramos no mundo do trabalho e esticamos a jornada para compreendermos os projetos e propostas de escolarização e educação do nosso povo (Parte 2).

Por outro lado, foi necessário falarmos da diversidade cultural que nos caracteriza. O que tem em comum o universo *queer* no cinema e as sociabilidades homoafetivas no espaço citadino? O que um pai de santo e um conjunto de mulheres rezadeiras podem nos dizer sobre a prática da cura? Quais são as fronteiras culturais entre dançadores de reisado, jovens bailarinos da periferia e a obra do cantor Belchior? São interrogações que poderão ser respondidas, ou não, lendo-se o conjunto de artigos da Parte 3. Finalizando, como a política e a economia interferem no cotidiano de uma cidade? É o que os autores propõem discutir na Parte 4, evidenciando as características singulares na história dos municípios de Ibiapina e Camocim.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-9539-035-5



9 788595 390355